

A SOBREVIVÊNCIA DE GENTE SEM TERRA: O CASO DE SANTA LUZIA NO PICO

MARIA NORBERTA AMORIM*

Resumo: A construção de uma base de dados demográfico-genealógica que se vai estendendo às quatro ilhas do ex-distrito da Horta, Pico, Faial, Fores e Corvo, em cruzamento com as matrizes prediais de finais do século XIX, vem evidenciando, na longa duração, nos planos demográfico e social, notórias diferenças entre ilhas e mesmo dentro de uma mesma ilha.

A Ilha do Pico, na sua parte oriental, de formação mais antiga, onde os povoadores primeiro se fixaram, dispõe de alguns bons terrenos de cultivo, em contraste com a parte ocidental, de terra ardida, mas onde a vinha, as figueiras e os frutos de caroço lograram frutificar.

As diferenças na evolução dos comportamentos demográficos ao longo de mais de três séculos entre duas freguesias do Pico, uma pertencente à zona oriental, a Prainha, e outra à ocidental, Santa Luzia, e entre a comunidade corvina, que dispunha de uma maior área fértil, faz-nos refletir sobre a capacidade de sobrevivência das gentes da terra ardida. Uma alta esperança de vida, particularmente nas freguesias picoenses, condicionava um crescimento acelerado da população, que foi contido na Prainha, desde os finais do século XVII, por casamento muito tardio e celibato definitivo frequente. Em Santa Luzia, sem que tais freios tenham atingido os mesmos níveis, o crescimento foi muito expressivo até à

* CITCEM/GIHPS.

década de 1830. A emigração massiva que se seguiu foi reduzindo os efetivos populacionais, particularmente depois de 1852, com a crise das vinhas. Os que ficaram em vez de vinhas plantaram figueiras e vendeu-se aguardente, mas ao longo do século XIX os terrenos de vinhas ou figueiras continuaram a pertencer na sua maioria aos grandes proprietários da cidade da Horta. Além do trabalho assalariado, para suportar a sua difícil sobrevivência, a população arredava pedras, formando maroiços, para plantar algum pé de milho, batatas ou cebolinho, procurando extrair da terra tudo o que ela pudesse dar para alimentação humana ou animal.

Palavras-chave: Comportamentos demográficos e sociais; ilha do Pico; ilha do Corvo; análise comparativa.

Abstract: The construction of a demographic-genealogical database that extends to the four islands of the former district of Horta, Pico, Faial, Fores and Corvo, in crossroads with the building matrices of the late nineteenth century, has been showing, in the long term, in the demographic and social planes, notorious differences between islands and even within the same island. The Pico Island, in its eastern part, of an older formation, where the settlers first settled, has some good cultivation land, in contrast to the western part, of burning land, but where the vine, the fig trees and the fruits of fruit succeeded in fruiting. The differences in the evolution of demographic behavior over more than three centuries between two parishes of Pico, one belonging to the eastern zone, Prainha, and another to the western one, Santa Luzia, and among the Corvina community, which had a larger fertile area, makes us reflect on the survival capacity of the people of the burning land. A high life expectancy, particularly in the peasants' parishes, conditioned an accelerated growth of the population, which was contained in Prainha since the end of the seventeenth century by very late marriage and frequent definitive celibacy. In Santa Luzia, without such brakes reaching the same levels, growth was very expressive until the 1830s. The massive emigration that followed was reducing population numbers, particularly after 1852, with the crisis of the vineyards. Those who stayed instead of vines planted figs and sold brandy, but throughout the nineteenth century the land of vines or fig trees continued to belong mostly to the great owners of the city of Horta. In addition to wage labor, to withstand its difficult survival, the population would remove stones, forming *maroiços*, to plant some foot of maize, potatoes or chives, seeking to extract from the earth all that it could give for human or animal feeding.

Keywords: Demographic and social behavior; Pico island; Corvo island; comparative analysis.

Com um primeiro objetivo de estudo de comportamentos demográficos desde há 30 anos que vou explorando os registos paroquiais da ilha do Pico.

Foi sobre uma freguesia da ilha, S. João, que em 1986, em colaboração com Luís Lima, desenvolvi um primeiro ensaio de aplicação da Informática à reconstituição de famílias.

Os tempos foram evoluindo e as técnicas informáticas também e hoje dispomos de uma base de dados integrada com todas as freguesias do Pico, cruzadas, de forma sistemática, entre si e algumas delas já cruzadas com as três freguesias da cidade da Horta. Polo urbano mais próximo, ia-se para a Horta para escoar produtos, encontrar trabalho, ou procurar apoio hospitalar, mas também para conseguir um passaporte legal para o Brasil e, mais tarde, para os Estados Unidos ou Canadá.

Essa base de dados integrada usando uma aplicação informática desenvolvida por Fernanda Faria em 2004, está agora preparada para vir enriquecer o Repositório Genealógico, uma *base central* a sedear em Guimarães na Casa de Sarmento, com ambição de integrar a informação organizada dos registos paroquiais portugueses, mas sem fronteiras políticas, e especial abertura à diáspora (www.genealog.uminho.pt).

No início deste século, descobrindo a riqueza informativa das matrizes prediais oitocentistas, fui desafiada a penetrar mais profundamente nas vivências das populações da ilha do Pico cruzando essas e outras fontes sobre a base de dados demográfico-genealógica de que dispunha com objetivo de perseguir os estudos de comunidade.

É um projeto que se encontra em curso sobre o Pico, mas que já alarguei ao Corvo e tento agora alargar às Flores usando a mesma metodologia.

Sendo as primeiras matrizes prediais que chegaram até nós datadas de meados da década de 1880, escolhi o dia 1 de janeiro do ano de 1883 para *visitar*, uma a uma, todas as famílias residentes em cada freguesia, acompanhando o seu percurso vital por identificação dos ascendentes do chefe de família até aos bisavós e acompanhamento do percurso de vida do próprio e de todos os dependentes referidos. Enriqueci depois esse percurso com a identificação das propriedades que cada família possuía e todas as informações que um cuidadoso trabalho de campo me podia propiciar.

O projeto em relação ao Pico sustenta-se num grande desafio científico e emocional: aproximação à força reprodutiva dessas gentes que se fixaram numa terra ora frágil ora promissora aprendendo a conhecê-la na sua grande diversidade e a explorar de cada recanto tudo aquilo que as condições de momento permitiam.

No caso do Corvo, não chegaram até nós as matrizes oitocentistas, mas dispomos de um mapa impresso pelo Imprensa Nacional, retirado dessas matrizes, com a nomeação dos proprietários e o rendimento coletável respetivo.



Fig. 1. Montanha do Pico, vista de Santa Luzia



Fig. 2. Paisagem de lajedo em Santa Luzia

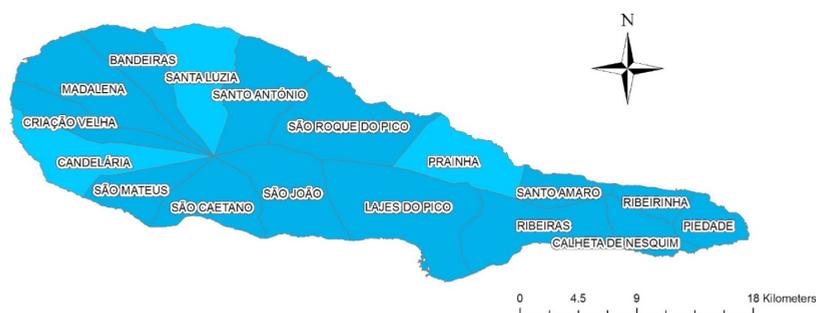


Fig. 3. As freguesias do Pico

Depois de um primeiro trabalho sobre as Famílias de São João, publicado em 2004, seguiu-se Santo Amaro (2005), São Caetano (2006), Lajes (1ª Parte) (2007), São Mateus (2008), Lajes (2ª Parte) (2009), Prainha (2009), Candelária (2011) e Santa Luzia (2016), Corvo (no prelo), preparando agora o Lajedo (Flores).

A cada trabalho concluído sobre o Pico a minha admiração cresce pela pluralidade de soluções para um espaço tão diversificado: a parte oriental da ilha, mais antiga, com alguns pequenos espaços de boa produção cerealífera; e a parte ocidental, mais recente, de terra ardida, onde da pedra se logrou extrair sustento.

Embora os primeiros povoadores tenham escolhido as zonas de melhor produção cerealífera dos atuais concelhos das Lajes e de São Roque, o aumento de população impôs o aproveitamento da zona ardida que cobre o atual concelho da Madalena desde São Mateus e se prolonga pela primeira freguesia do concelho de São Roque, Santa Luzia. É precisamente na zona antiga do concelho de São Roque que se situa a freguesia da Prainha, onde os povoadores encontraram melhores condições para produzir pão, em contraste com Santa Luzia, onde só as vinhas, as figueiras e os frutos de caroço tinham melhores condições de frutificar.

Escolhi colocar em paralelo a pequena comunidade da ilha do Corvo e as duas freguesias do Pico que encontrei mais contrastantes em termos de recursos naturais, Prainha e Santa Luzia, para realçar a capacidade de sobrevivência das gentes da terra ardida.

Comecei por avaliar, através das matrizes prediais da década de 1880, o rendimento coletável global de cada uma das freguesias, a percentagem desse rendimento que cabia aos residentes e o rendimento médio por fogo.

Tabela 1. Rendimentos coletáveis (réis), 1884

Freguesias	Rendimento global	% Correspondente a não residentes	Rendimento médio por fogo
Corvo	3906\$991	0,2	20\$966
Prainha	3719\$512	3,0	6\$992
Santa Luzia	2233\$708	31,2	5\$911

O espaço produtivo do Corvo pertencia, tendencialmente, aos residentes. Na Prainha também era residual o valor da propriedade de não residentes, o que não acontecia em Santa Luzia, com mais de 30% do valor da propriedade detido por pessoas de fora da freguesia (o valor coletável das vinhas de Santa Luzia pertencentes a não residentes era de 91% do total e o dos terrenos de figueiras de 70%). Verificamos depois que o rendimento coletável por habitante do Corvo era em 1884 sensivelmente o dobro do da Prainha e o triplo do de Santa Luzia.

Partimos assim para uma análise dos comportamentos demográficos com a consciência das maiores dificuldades de sobrevivência, a partir de recursos endógenos, das freguesias picoenses, particularmente no caso de Santa Luzia.

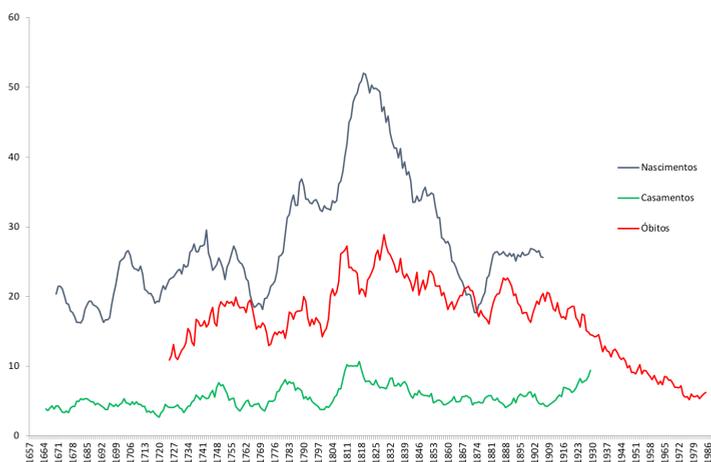
Gráfico 1. Evolução dos batizados (média móvel de 9 anos)



O gráfico evidencia profundas diferenças na evolução dos batizados nas três paróquias, o que nos traz alguma perplexidade. Constatamos que o volume de nascimentos na Prainha atingiu o seu máximo histórico na transição do século XVII para o XVIII, com valores a aproximarem-se dos 60 nascimentos por ano, conhecendo o seu segundo período mais favorável no início do século XIX, com valores mais modestos, mas ainda acima dos 50 nascimentos por ano. Ao invés, Santa Luzia parte de um século XVII com menos de 20 nascimentos anuais, oscila ao longo de quase todo o século XVIII entre os 20 e os 30 nascimentos, mas no final deste século e até à década de 30 do século seguinte sobe notoriamente, atingindo no final deste período mais de 50 nascimentos por ano, acima das médias então encontradas para a Prainha. No entanto, depois de 1830, a descida dos nascimentos em Santa Luzia é muito pronunciada, antecedendo de uma década a descida correspondente na outra paróquia picoense. No Corvo, a curva é mais regular. Partindo-se de menos de 20 nascimentos por ano, tende entre 1780 e 1880 para os 30 nascimentos anuais, só entrando em queda persistente depois desta última data, em desfase claro relativamente às paróquias picoenses. As diferenças encontradas em 1884 no número de habitantes por fogo, 4,6 no Corvo contra 3,9 em Santa Luzia e 3,1 na Prainha terão alguma justificação nessa entrada desfasada na fase regressiva da paróquia corvina.

Considerando o registo tendencialmente sistemático de todos os falecidos em Santa Luzia a partir de 1720 (o que aconteceu mais tardiamente nas outras duas freguesias), comparei a evolução dos nascimentos, com óbitos e casamentos ao longo dos dois séculos seguintes.

Gráfico 2. Evolução comparada de nascimentos, casamentos e óbitos (médias móveis de 9 anos) – Santa Luzia

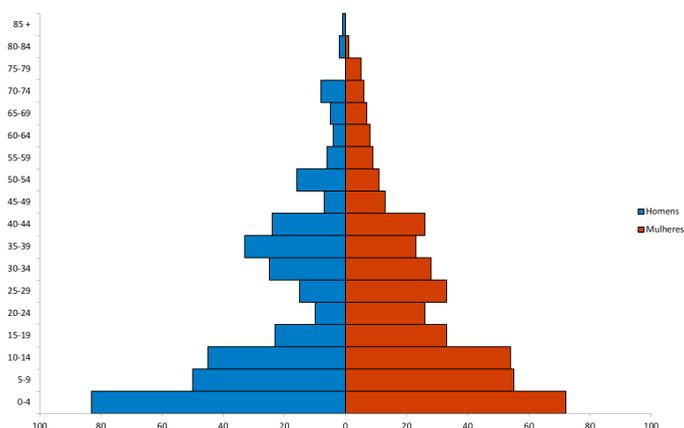


A curva das médias móveis de batizados, casamentos e óbitos para Santa Luzia evidencia claramente a suavidade da morte e a capacidade de crescimento que a freguesia terá tido na maior parte da sua história. Os saldos fisiológicos são tendencialmente positivos em toda a observação. Um momento particularmente gravoso deteta-se em meados do século XVIII, a decorrer de uma crise de alimentos generalizada em 1745-1746, a que sobreveio uma grave epidemia em 1746, detetada tanto no Pico como no Faial, e que terá impelido às saídas para as outras ilhas e para o Brasil¹. Na década de 1820 entra-se num meio século de profunda regressão. Apesar de não se detetar mortalidade de crise, as duas curvas de nascimentos e óbitos vão tocar-se na década de 1870, condicionadas por uma emigração massiva de gente jovem, que a crise das vinhas do início da década de 1850 viria a intensificar. A retoma, dentro do período da nossa observação, entre a década de 1870 e 1911, é depois bem mais modesta.

Repare-se que a curva de casamentos se alteia nas primeiras décadas do século XIX e um século mais tarde, nas primeiras décadas do século XX. No primeiro caso, esse crescimento está em relação com a própria curva de batizados. No segundo caso terá uma explicação mais complexa, que se prende não só com alguma recuperação de nascimentos, sendo mais frequente a emigração de casais logo após o casamento, mas também com a restrição do número de filhos em cada casal, limitação voluntária de nascimentos relativamente precoce, há tempo já detetada nas freguesias do Sul do Pico².

As pirâmides de idades da década de 1830 para Corvo, Prainha e Santa Luzia expressam bem as afeções no estado da população trazidas pela mobilidade e alertam para comportamentos de fecundidade e mortalidade diferenciados.

Gráfico 3. Pirâmide de idades de 1835 – Corvo



¹ AMORIM, Maria Norberta (2019) — *A Gripe Espanhola no quadro das epidemias históricas da ilha do Faial*. Comunicação apresentada nas Jornadas da Casa de Sarmento, Guimarães.

² AMORIM, 1992.

Gráfico 4. Pirâmide de idades de 1838 – Prainha

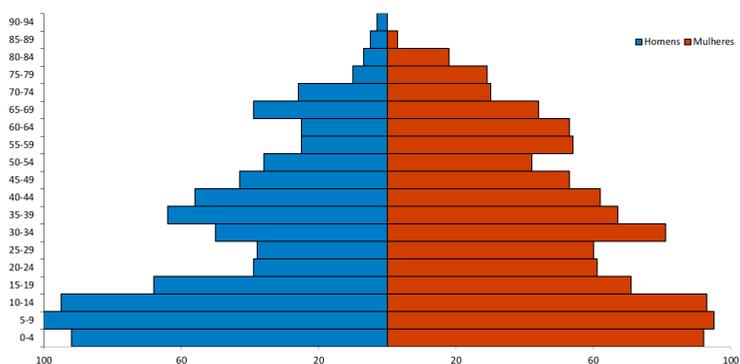
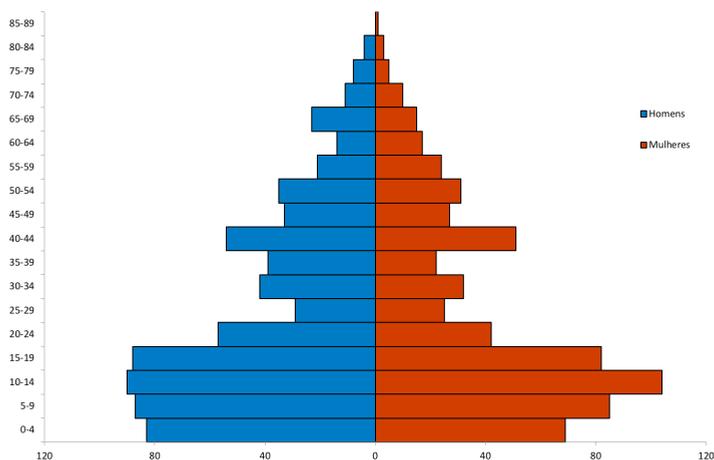


Gráfico 5. Pirâmide de idades de 1838 – Santa Luzia



No caso do Corvo, o contraste entre a base da pirâmide alargada e o afunilamento no topo fazem antever taxas de fecundidade favoráveis e esperança de vida menos favorável para os mais idosos. Reparámos depois na reentrância pronunciada para os jovens do sexo masculino entre os 15 e os 30 anos. A fuga ao serviço militar era corrente, não sendo difícil para os jovens em risco de recrutamento embarcar nos barcos que vinham *fazer aguada* na ilha. Nas gerações anteriores o retorno parece ter sido corrente.

No caso da Prainha, a pirâmide alarga-se tanto na base como no topo, evidenciando uma esperança de vida favorável, particularmente no caso das mulheres. Não deixa, contudo, de notar-se reentrância na pirâmide, para os jovens entre os

20 e os 30 anos, bem mais acentuada no sexo masculino e a fortaleza da população feminina relativamente à masculina.

Em Santa Luzia já se nota em 1838 a redução na base da pirâmide a apontar para o declínio do volume de nascimentos. Contrariamente ao que se passava nas outras duas comunidades, as mulheres jovens parecem mais afetadas pela mobilidade do que os homens, mas não sabemos até que ponto se trataria de uma mobilidade temporária à procura de algum trabalho nas vilas próximas ou na Horta, a permitir a sobrevivência.

Na generalidade, a mobilidade diferencial afeta o celibato e condiciona os níveis de fecundidade fora do casamento sem que se possa excluir do fenómeno fatores de ordem económica e cultural.

Começemos por comparar os nascimentos fora do casamento nas três comunidades em observação.

Tabela 2. Comparativo dos nascimentos fora do casamento (%) – Corvo, Prainha e Santa Luzia

Período	Corvo		Prainha		Santa Luzia	
	Ilegítimos	Expostos	Ilegítimos	Expostos	Ilegítimos	Expostos
1650-99	1,2	0,4	4	0,1	7,38	0,13
1700-49	3	0	5,8	0,4	4,90	4,53
1750-99	5,6	0	10,8	1,9	4,93	9,63
1800-49	5,1	0	11,2	1,4	5,26	10,00
1850-99	5,5	0,1	6,8	0,5	9,27	4,99
1900-49	0,8	0	5,8	0		
1950-99	0,9	0				

Como se verifica no quadro, o fenómeno do abandono de crianças no Corvo não teve expressão. Apenas duas crianças foram abandonadas nesse larguíssimo período: uma na década de 1660, da qual não sabemos o destino, e outra falecida na década de 1850 com 6 dias de idade e que tinha sido abandonada à porta de casa de uma família. Também na Prainha o fenómeno teve uma expressão reduzida sem nunca atingir os 2% dos batizados. O mesmo não aconteceu em Santa Luzia onde, entre 1750 e 1850, tendeu para 10% o volume de crianças abandonadas relativamente às batizadas. Repare-se que esses cem anos coincidem com o crescimento acelerado do volume de nascimentos e o posterior desequilíbrio provocado pela mobilidade de jovens. Não sabemos, no entanto, até que ponto se batizavam em Santa Luzia crianças de outras freguesias que aí eram expostas para que as mulheres pobres da freguesia as recolhessem e viessem a alimentar com o apoio do respetivo município.

Os filhos nascidos fora do casamento de mãe conhecida não chegaram a atingir 6% dos batizados no Corvo e parte deles eram filhos de noivos com algum grau de

parentesco que aguardavam dispensas das autoridades eclesiásticas para realizarem o casamento. Se subtraíssemos o volume de crianças com pai conhecido, ao total de ilegítimos, teríamos valores diferentes, sem nunca atingir os 5%. A freguesia onde os chamados ilegítimos tiveram mais expressão foi na Prainha, particularmente entre 1750 e 1850, a ultrapassar os 10% das crianças batizadas. Os casamentos tardios, a mobilidade diferencial e a pouca expressão do abandono podem ser fatores justificativos. Repare-se que em Santa Luzia, quando o abandono decresce, na segunda metade do século XIX, os níveis de ilegitimidade atingem o valor mais alto da observação, acima dos 9%.

Comparemos agora a idade média ao primeiro casamento nas três comunidades.

Gráfico 6. Comparativo da idade média ao 1.º casamento dos homens

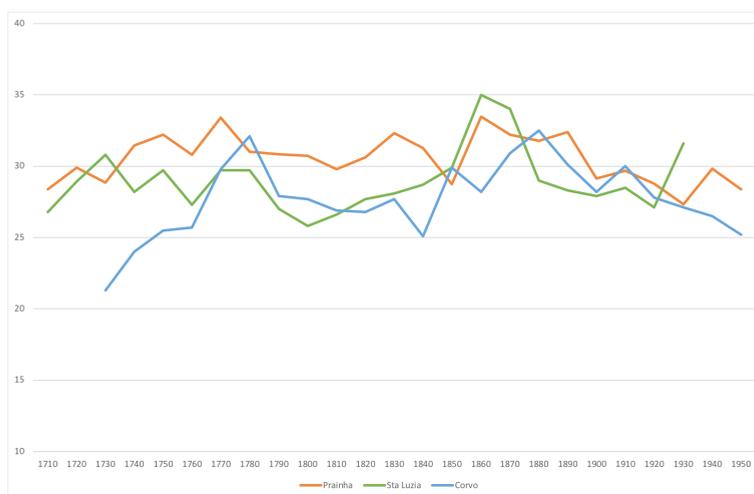
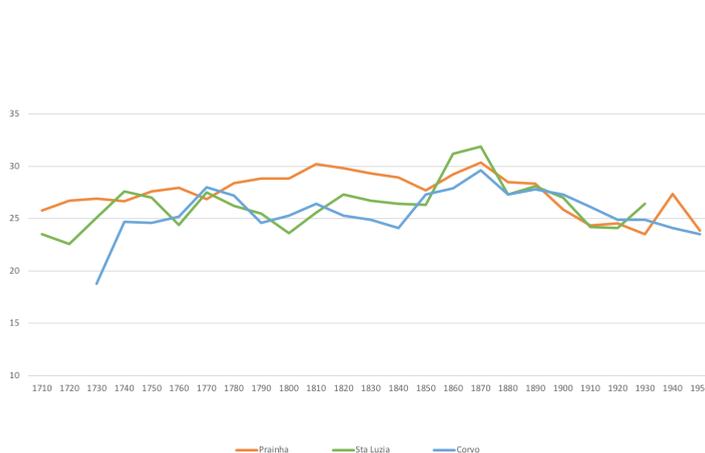


Gráfico 7. Comparativo da idade média ao 1.º casamento das mulheres



O gráfico da evolução da idade média ao primeiro casamento masculino, por décadas, nas três comunidades, mostra diferenças significativas. Na Prainha, os homens casavam entre os 30 e os 35 anos, só baixando dos 30 anos, de forma mais sustentada, à entrada do século XX. Em Santa Luzia os homens casavam entre os 25 e os 30, mas na fase aguda de desequilíbrio da população com os recursos, nas décadas de 1860 e 1870, os valores sobrepuseram-se aos da Prainha atingindo em 1860 os 35 anos. No Corvo a curva é irregular oscilando entre os 25 e os 32 anos. Em todos os casos, contudo, trata-se de casamento tardio.

As mulheres na Prainha casaram predominantemente acima dos 27 anos, ultrapassando mesmo os 30 no início do século XIX; só nos finais desse mesmo século os valores baixam dos 25 anos. As mulheres de Santa Luzia casaram à volta dos 25 anos, mas na década de 1860 e 1870, tal como acontecia com os homens, atingiram valores superiores a 30 anos, acima mesmo dos encontrados para a Prainha. Se não considerarmos a primeira metade do século XVIII, com casamentos mais precoces, a evolução da idade média ao primeiro casamento no Corvo aproxima-se dos valores encontrados para Santa Luzia, mas sem nunca atingir os 30 anos.

O casamento muito tardio na Prainha foi arma poderosa contra o crescimento acelerado da população. Recorde-se que o volume mais elevado de nascimentos na Prainha se verificou nos finais do século XVII e não na primeira década do século XIX como aconteceu em Santa Luzia ou nas outras comunidades picoenses já estudadas. O celibato definitivo foi outra arma redutora.

Tabela 3. Celibato definitivo: comparação Santa Luzia, Prainha e Corvo

Período	Corvo		Santa Luzia		Prainha	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1780-1819	6	14	7	14	5	11
1820-1859	4	9	7	7	14	26
1860-1899	8	21	12	28	15	31
1900-1939	13	30	18	40	18	36
1940-1959	8	33	16	26	16	31

Verificamos que o celibato definitivo afetou mais persistentemente a freguesia da Prainha. Já entre 1820 e 1859 a percentagem de indivíduos a falecer solteiros, relativamente ao conjunto dos falecidos desse grupo etário, foi, para os homens, da ordem dos 14% e para as mulheres da ordem dos 26%, enquanto nas outras duas freguesias os valores foram bem mais modestos. Para os falecidos entre 1860 e 1899, ainda a Prainha sobressai neste comportamento acima das outras comunidades, mas para os falecidos entre 1900 e 1939, é Santa Luzia que se sobrepõe no que respeita ao celibato definitivo feminino, atingindo 40% de mulheres que faleceram com 50 e mais

anos sem terem chegado a casar. Essas gerações terão atingido a idade núbil a partir de década de 1830 sendo afetadas pelos desequilíbrios na estrutura da população decorrentes da emigração massiva.

Comparemos depois as três comunidades no que respeita aos nascimentos dentro do casamento usando como indicador as taxas de fecundidade por grupos de idades da mulher.

Tabela 4. Taxas de fecundidade legítima por grupos de idades da mulher – Santa Luzia, Prainha e Corvo

Santa Luzia									
Período	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	OBS	DT
1700-1799	289	359	316	304	263	174	30	240	8,7
1800-1899	330	371	357	325	267	155	22	317	9,1
Prainha									
1700-1799	331	344	318	299	261	152	25	602	8,7
1800-1899	290	406	364	334	270	149	17	668	9,2
Corvo									
1700-1799	339	391	384	382	336	201	48	172	10,4
1800-1899	336	439	409	406	378	243	36	378	11,2

O quadro e os gráficos respetivos salientam a proximidade de comportamento entre as paróquias picoenses e as diferenças em relação ao Corvo, que a pirâmide de idades de 1835 já fazia antever. Se as mulheres do Corvo convivessem conjugalmente entre os 15 e os 49 anos teriam sensivelmente mais dois filhos do que as picoenses.

Gráfico 8. Taxas de fecundidade legítima por grupos de idades da mulher – Corvo, Santa Luzia e Prainha, 1700-1799

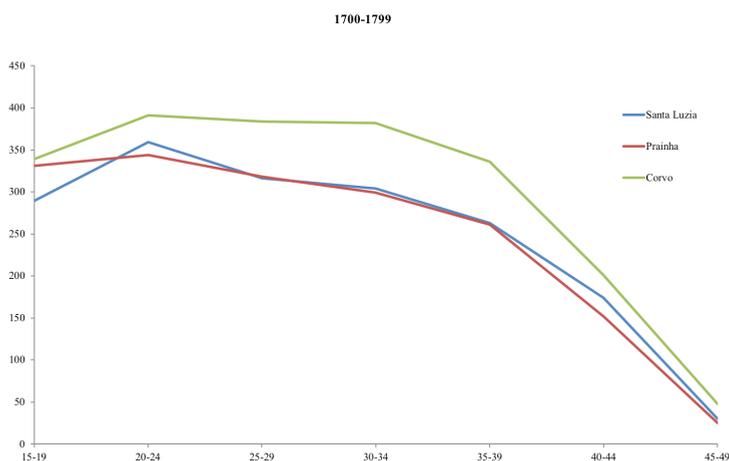
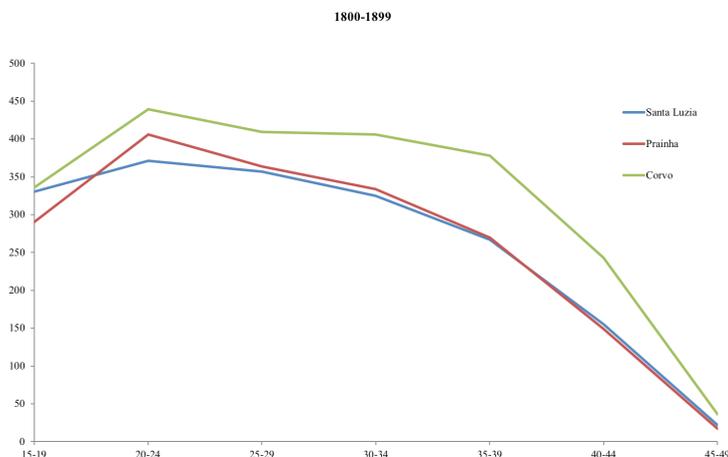


Gráfico 9. Taxas de fecundidade legítima por grupos de idades da mulher – Corvo, Santa Luzia e Prainha, 1800-1899



As taxas de fecundidade legítima permitem comparar capacidades procriativas, mas não nos dão conta do número de filhos que realmente os casais tiveram. Os casamentos mais ou menos tardios e as ruturas conjugais mais ou menos precoces podem fazer reduzir consideravelmente o número de filhos nascidos. No século XVIII, em Santa Luzia, nasceram de facto 3,9 filhos por família fecunda, tantos como no Corvo, enquanto na Prainha, com as restrições maiores de acesso ao casamento, foram 3,6 filhos por família fecunda. Para o século XIX, o Corvo sobressai mais, tendendo para 4,6 filhos por família fecunda, seguido por Santa Luzia com 4,4 e Prainha apenas com 3,8.

Em Santa Luzia, pelo gráfico comparativo entre os nascimentos e os óbitos, verificamos que antes do último quartel do século XIX, as mortes não equilibravam os nascimentos e o incremento acelerado da população era inevitável, a obrigar às saídas. A suavidade da morte expressava-se tanto na ausência de crises frequentes e intensas, como na morte quotidiana. A mortalidade infantil era suave e a longevidade notável.

Para as gerações nascidas entre 1790 e 1829, período para o qual não suspeitamos de sub-registo, seriam 143 os falecidos com menos de um ano para mil nascidos. No caso da Prainha, no mesmo período, os valores seriam mais favoráveis, com 102 óbitos em mil nascimentos, embora não se descarte possibilidade de algum sub-registo. Não temos, para o período, informação segura sobre o Corvo. Note-se que para Inglaterra, país de esperança de vida favorável, para a segunda metade do século XVIII, se calcularam 165 falecidos no primeiro ano de vida, em mil nascidos, enquanto em França, no mesmo período, os valores seriam de 273, em mil³.

³ LIVI BACCI, 1987: 119.

Em Santa Luzia, com registos de mortalidade infantil tendencialmente sistemáticos desde a década de 1720 foi possível calcular a esperança de vida das gerações nascidas entre 1720 e 1910, por acompanhamento de percursos vida, distinguindo quatro grupos de gerações. Com registos de mortalidade infantil sistemáticos mais tardios só em alguns desses períodos podemos colocar em paralelo o comportamento da Prainha e Corvo.

Apresentamos a esperança de vida à nascença, aos 15 anos, considerados como entrada na idade adulta, na plenitude dos 40 anos, e aos 75 anos, quando a velhice se impõe.

Tabela 5. Esperança de vida em diferentes períodos e a diferentes idades

	Santa Luzia			Prainha			Corvo		
	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF
Gerações nascidas entre 1720-1789									
E0	46,7	47,8	47,2						
E15	47,6	48,5	48,1						
E40	30,0	29,9	30,0						
E75	6,9	7,4	7,2						
Gerações nascidas entre 1790-1829									
E0	51,3	51,7	52,7	56,1	58,4	57,2			
E15	52,0	55,4	53,9	54,9	55,9	55,5			
E40	32,9	35,8	34,5	33,4	34,2	33,9			
E75	7,9	9,4	8,9	7,9	9,0	8,6			
Gerações nascidas entre 1830-1869									
E0	51,7	51,6	51,7	58,4	58,2	58,3	46,8 a)	49,5 a)	48,0 a)
E15	55,1	55,1	55,2	55,1	55,3	55,2	53,1 a)	51,3 a)	52,1 a)
E40	33,0	35,5	34,4	34,4	34,4	34,4	32,5 a)	34,3 a)	33,5 a)
E75	6,4	8,6	7,8	8,0	9,2	8,7	8,2 a)	9,7 a)	9 a)
Gerações nascidas entre 1870-1910									
E0	53,2	56,0	54,6				50,9b)	49,7 b)	50,1 b)
E15	54,4	54,6	54,5				54,4 b)	51,7 b)	52,8 b)
E40	33,9	34,1	34,0				33,2 b)	32,6 b)	32,9 b)
E75	8,3	8,4	8,3				8,3 b)	8,8 b)	8,6 b)

a) Gerações nascidas entre 1815 e 1869

b) Gerações nascidas entre 1870 e 1915

Como acontecia nas outras freguesias do Pico já estudadas, em Santa Luzia, e ainda mais na Prainha, a suavidade da morte é de molde a espantar os estudiosos de comportamentos demográficos de antigo regime demográfico. Uma esperança de

vida de 47 anos para gerações nascidas no século XVIII é absolutamente excepcional. Embora com metodologias diferentes, sem acompanhamento sistemático de percursos de vida, como é o nosso caso, estimou-se para Inglaterra valores entre os 33,5 e os 37 anos, valores bem mais favoráveis do que em França, no mesmo período, onde esses valores se situariam entre 24,8 e 31,1⁴.

Comparando com o Corvo, verificamos que esperança de vida à nascença foi bem mais favorável nas paróquias picoenses (gerações nascidas entre 1830 e 1910), mas o destaque vai para os valores da Prainha (gerações nascidas entre 1790 e 1870) embora não se possa descartar totalmente nesta paróquia algum sub-registo de mortalidade infantojuvenil. Quando chegamos às idades mais elevadas, reparamos que no Corvo, a esperança de vida se coloca muito alta no período de observação, o que, para gerações anteriores, a pirâmide de 1832 não parecia sugerir.

Focando-nos em Santa Luzia, verificamos depois o ganho de 5 anos na esperança de vida dos que nasceram entre 1790 e 1829 em relação ao período anterior. No período seguinte (nascidos entre 1830 e 1869), a esperança de vida baixa um ano, para tender depois, no último período (nascidos entre 1870 e 1910), para os 55 anos. Mortalidade excepcionalmente suave a exigir a mobilidade das gentes.

O registo tendencialmente sistemático de mortalidade infantil em Santa Luzia desde 1720 e o acompanhamento que fizemos, dentro da ilha do Pico e na cidade da Horta, dos percursos de vida dos indivíduos nascidos na freguesia entre essa data 1910, permite-nos estimar que mais de um terço dessas gerações emigraram para longa distância. As gerações mais afetadas terão sido as nascidas entre 1720 e 1739, o que está em relação com a crise de meados do século XVIII e as de 1840 a 1859, quando o excesso de população e a crise das vinhas se abatiam sobre a ilha.

Para a Prainha, só dispomos de registos de mortalidade infantil tendencialmente sistemáticos a partir de última década do século XVIII e não acompanhamos os percursos dentro da ilha e para a cidade da Horta, para as gerações que se seguiram, como já acontece para Santa Luzia. No entanto, os 45% de saídas definitivas do local de nascimento, se considerarmos as gerações nascidas entre 1806 e 1890, não deixam de ser expressivos, mesmo tendo que descontar os que se fixaram em outras freguesias do Pico ou se deslocaram para a cidade mais próxima.

No Corvo, acompanhando as gerações nascidas entre 1815 e 1869 e as nascidas entre 1870 e 1915, os valores encontrados para os que não chegaram a falecer na sua terra, foram de 44,3% no primeiro período e de 44,1% no segundo período, marcando-se a persistência das saídas.

⁴ LIVI BACCI, 1987: 114.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nestas populações açorianas observadas, sobressai a vantagem da vida sobre a morte, exigindo soluções rápidas para que o equilíbrio com os recursos disponíveis não entrasse em rutura. Até à entrada no século XX, num quadro de fecundidade próxima à natural, o casamento tardio, o celibato definitivo frequente, associados à emigração, foram passíveis de baixar, em poucas décadas, altos níveis populacionais de partida. Aconteceu primeiro na Prainha, em que os máximos históricos na entrada do século XVIII foram dominados por comportamentos muito restritivos de acesso ao casamento e mobilidade diferencial acentuada. Aconteceu depois na generalidade das paróquias picoenses a partir das décadas de 30 ou 40 do século XIX, com elevação da idade média ao casamento e emigração massiva a afetar também o sexo feminino. Numa pequena comunidade como o Corvo, com maiores recursos naturais endógenos, em convívio frequente com tripulações vindas do *novo mundo*, nem sempre com intenções bélicas, as saídas foram desde cedo mais facilitadas, mantendo-se mais facilmente níveis estáveis de população.

A luta pela sobrevivência foi certamente mais difícil numa terra sem pão como Santa Luzia. Se na memória dos mais velhos (que viveram em períodos em que a população só rondava os 1000 habitantes) ainda hoje persiste a lembrança de tempos muito difíceis, em que não se olhava a sacrifícios para se poder comprar algum milho na ilha do Faial, desvalorizando-se a inexistência de outros complementos alimentares, que pensar das carências de períodos em que a população atingiu valores próximos dos 1400 habitantes?

Em que medida essa capacidade de sobrevivência das gentes dos Açores foi motor de progresso nas terras de acolhimento? Seria interessante aprofundar esse tema.

BIBLIOGRAFIA

- AMORIM, Maria Norberta (1992) — *Evolução Demográfica de três paróquias do Sul do Pico (1680-1980)*. Braga: ICS, Universidade do Minho.
- ____ (2004a) — *O Pico. A Abordagem de Uma Ilha*. Lajes do Pico: Câmara Municipal das Lajes do Pico/NEPS. Vol. I. As Famílias. Tomo I. As Famílias de São João nos finais do século XIX.
- ____ (2004b) — *O Pico (séculos XVIII a XX). A Ilha açoriana mais poupada pela morte*. «Revista de Demografia Histórica», vol. 22, n.º 2, segunda época, p. 53-84.
- ____ (2009) — *O Pico. A Abordagem de Uma Ilha*. São Roque do Pico/Porto: Câmara Municipal de São Roque do Pico/CITCEM. Vol. I. As Famílias. Tomo VI. As Famílias da Prainha nos finais do século XIX.
- ____ (2015) — *O Pico. A Abordagem de Uma Ilha*. Porto/Horta: CITCEM/Desafios da Montanha CRL. Vol. I. As Famílias. Tomo IX. As Famílias de Santa Luzia nos finais do século XIX.
- AMORIM, Maria Norberta; LIMA, Luís (1986) — *Demografia Histórica e Micro-Informática. Uma experiência sobre uma paróquia açoriana*. «Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira», vol. XLIV. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira.

- AMORIM, Maria Norberta; MESQUITA, Maria Hermínia (1998) — *Uma perspectiva da população açoriana no século XVIII*. In AA. VV. — *O Faial e a Periferia Açoriana nos séculos XVI a XX*. Horta: Núcleo Cultural da Horta, p. 353-376.
- BANDEIRA, Mário Leston (1996) — *Demografia e Modernidade. Família e Transição Demográfica em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- BARBOSA, Maria Hermínia Vieira; GODINHO, Anabela (2001) — *Crises de mortalidade em Portugal desde meados do século XVI até ao início do século XX*. Guimarães: Universidade do Minho, Núcleo de Estudos de População e Sociedade (NEPS). (GHP/CITCEM – Cadernos NEPS – Série A).
- DEL PANTA, L.; LIVI BACCI, M. (1977) — *Chronologie, intensité et diffusion des crises de mortalité en Italie: 1600-1850*. «Population», 32e année, n.º 1. Paris: I.N.E.D.
- FERREIRA, João Antero Gonçalves (2004) — *Sistemas informáticos para análise de dados demográficos: uma abordagem histórica*. Comunicação apresentada ao Congresso da ADEH, 7, Granada. Disponível em <<https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/894?mode=simple>>.
- LIVI BACCI, Massimo (1987) — *Poblacion y alimentacion*. Barcelona: Editorial Ariel.
- MACEDO, António Lourenço da Silveira (1981) — *História das Quatro Ilhas que formam o Distrito da Horta*. [Região Autónoma dos Açores]: SREC/DRAC, volume III. Reimpressão fac-similada da edição de 1871.
- REPOSITÓRIO GENEALÓGICO NACIONAL. Disponível em <www.genealog.uminho.pt>.
- ROCHA, Gilberta (1991) — *Dinâmica Populacional dos Açores no século XX. Unidade. Permanência. Diversidade*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores.
- SANTOS, Carlota (2008) — *Biodemografia do Concelho da Madalena: estrutura demográfica e genética de uma população açoriana da Ilha do Pico*. Madalena do Pico: Câmara Municipal da Madalena.

